



## **Incerteza nas concessões dificulta geração de energia nova**

**Síntese:** *Dúvidas sobre a renovação dos contratos de concessões de energia geram apreensão entre investidores privados. Em um sistema em que o grau de discricionariedade do governo é considerável, crescem os riscos e a expansão do setor fica comprometida. A partir de 2015, o país terá 20% da geração e 84% do sistema de transmissão com possibilidade de voltar ao poder concedente. Em meio a incertezas, o acréscimo de energia não tem sido suficiente para espantar o fantasma do apagão, agora previsto até pelo Ipea.*

Investimentos em infra-estrutura são sempre de longo prazo. São recursos aplicados em busca de retornos que costumam demorar décadas para se concretizar. É por esta razão que os contratos de concessão de serviços como energia, transportes e telefonia cobrem períodos nunca inferiores a 25 anos. Tudo, nestes setores, é feito com muita antecedência. A regra do jogo é (ou deve ser) previsibilidade.

Se o *timing* dos investidores privados é ajustado com bastante antecipação, o mesmo não pode se dizer do cronograma seguido pelo poder público, a julgar pelo que se vê atualmente em relação às regras futuras para o setor elétrico. A situação atual é de quase paralisia, em um momento em que o país necessita expandir fortemente a sua capacidade de geração. O ambiente é de incerteza e, cada vez mais, os empreendedores se cobrem de cautela, até porque as cifras envolvidas nos negócios desta área são sempre vultosas.

Foi o que ocorreu, por exemplo, na frustrada tentativa de venda da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), em fins de março. Dois terços (exatos 67%) do que a empresa gera terão prazo de concessão expirado em 2015. Pela legislação em vigor, tais usinas terão de, nesta data, voltar ao poder concedente para ser novamente leiloadas. A insegurança quanto à manutenção deste ativo fez com que nenhum investidor se animasse a colocar cerca de R\$ 22 bilhões no negócio.

### **Risco sistêmico**

O caso da Cesp não é único nem isolado. Na mesma situação estão nada menos que 18 usinas geradoras, 37 distribuidoras e 73 mil quilômetros de linhas de transmissão de energia do país. Todos estes ativos terão concessões vencendo a partir de daqui a seis anos. Pode parecer um problema algo distante, mas para atividades cujo planejamento se mede em décadas é apenas um átimo.

Além das usinas pertencentes à Cesp, estão nesta situação subsidiárias da Eletrobrás e térmicas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) que perfazem cerca de 20% do parque gerador nacional. No segmento de transmissão, as linhas cujo prazo de concessão acaba em 2015 representam 84% do sistema interligado do país.

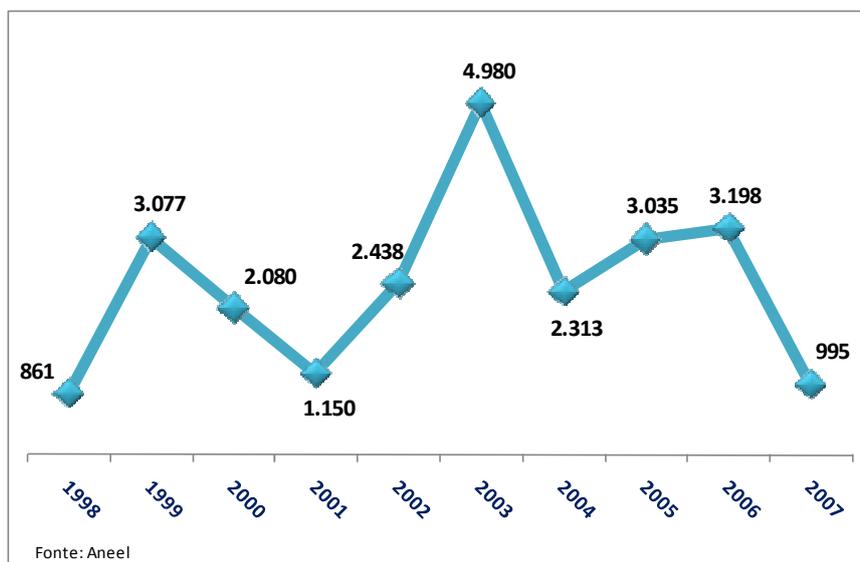
Na área de distribuição, 41 das 64 empresas têm concessões vencendo entre abril de 2014 e abril de 2017. Neste último grupo estão a Cemig, a paranaense Copel e a CEB, de Brasília, para citar apenas algumas. No caso da empresa mineira, 9% do seu parque gerador tem futuro incerto: representam usinas que já tiveram a concessão renovada uma vez e que, pela regra vigente, terão de retornar ao poder concedente. Sem a certeza de contar com os ativos, algumas concessionárias já vêm encontrando dificuldade para levantar recursos para financiar novos investimentos de expansão.

### **Poder discricionário**

O problema é que o modelo do setor elétrico brasileiro sofreu profunda mudança em 2004, com largas implicações nas regras e funcionamento do segmento. Uma delas é que o poder de concessão saiu da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e foi para as mãos do Ministério de Minas e Energia. De um órgão regulador – ou seja, de Estado – a atribuição passou para um ente de governo, sujeito, portanto, a interferências políticas do mandatário de plantão. Isso dá margem a todo o tipo de suspeições, uma vez que permite discricionariedade nas decisões. Em economia isso significa risco e, portanto, custos maiores. É o que atemoriza o investidor.

A eficiência do modelo adotado pelo governo Lula ainda está por ser testada. Até hoje não logrou êxito em promover a expansão sustentada do parque gerador de energia nacional. Isso tem levado os brasileiros a conviver com o recorrente fantasma do racionamento. Ainda são claudicantes os números do aumento da capacidade de geração do país registrados a cada ano: a maior marca continua sendo a de 2002, com acréscimo de 4.618 megawatts (MW). O ano de 2005 anotou o pior resultado desde 1998, com apenas 2.425 MW agregados. A expansão das linhas de transmissão tem sido ainda mais pífia. O acréscimo obtido no ano passado foi o menor desde 1998.

### **Acréscimo anual de linhas de transmissão (em km)**



É sobre este tênue equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia que o país hoje se sustenta. Vive-se, neste setor, “da mão para a boca”, na dependência cotidiana do regime de chuvas. Neste ano, conseqüência direta disso foi a disparada dos preços no mercado livre, que voltou a apresentar níveis só

comparáveis aos de 2001 – ano em que o país atravessou severa crise de fornecimento com mínimas históricas no regime pluviométrico. Para o inverno que se aproxima a perspectiva não é favorável.

### **O preço da escassez**

O encarecimento da energia registrado nestes primeiros meses de 2008 irá refletir-se nas faturas apresentadas aos consumidores cativos – grosso modo, os que não têm opção de escolher a distribuidora que lhes atende, como, por exemplo, todos os clientes residenciais. Estima-se que, até agora, a escassez de energia – com o conseqüente acionamento de fontes de geração mais caras, como as usinas térmicas – irá custar pelo menos R\$ 2,5 bilhões aos consumidores.

Mas o mais grave é o risco de faltar o insumo. Tal alerta vem sendo feito há meses por analistas privados. Provém agora, também, de órgãos públicos como o Ipea. Em estudo publicado em fevereiro, pesquisadores da instituição afirmam que, já em 2009, há riscos iminentes de não haver energia suficiente para suprir o consumo. Estima-se que, no fim da década, o déficit possa estar em 9,3 mil MW, ou quase uma Itaipu e meia.

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) prevê investimentos capazes de somar 12.386 MW ao parque gerador até 2010. São obras ainda longe de estar garantidas. Mas, mesmo em caso de sucesso, o Ipea as considera insuficientes para fazer frente ao crescimento da economia. Para cada ponto percentual de expansão do PIB, o consumo de energia cresce 1,2 ponto. Isso significa que, se a economia expandir-se à taxa anual de 5%, o país necessitará gerar 26 mil MW adicionais até 2010 – o dobro do que busca o PAC.

É em razão desta situação que o poder concedente e os formuladores de política públicas não podem deixar para agir na undécima hora. O governo Lula já afirmou que o problema da renovação das concessões só será tratado pelo próximo presidente e pelo próximo Congresso. Aí está uma atitude das mais temerárias, que pode trazer sérios danos ao futuro do país. É imperativo atuar já para desanuviar o horizonte de setores que, se hoje já engargalam o nosso desenvolvimento, podem torná-lo ainda mais difícil em curto espaço de tempo. Com o modelo elétrico atual, o país tornou-se muito dependente do investimento estatal. As incertezas regulatórias podem colaborar para afastar de vez o interesse do cada vez mais necessário capital privado.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.  
Caso não queira voltar a recebê-la, clique aqui. Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

---

#### **INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA**

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . Cep 70165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br